

# Anne Karine Maia de Araújo Mayra Rachel da Silva Sarah Roberto Silva\*

## Resenha

### 1) Obra

CASTILLO-MARTIN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de.(Orgs.) **Marcadas a Ferro** – Brasília: Secretaria Especial de Mulheres, 2005.

### 2) Credenciais das Organizadoras

Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira são Organizadoras do Seminário Binacional Brasil-Espanha. Suely de Oliveira é Psicóloga, Subsecretária de Relações Interinstitucionais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em Brasília (DF). Márcia Castillo-Martín é da *Institut Universitari D'Estudis de la Dona, da Universidade de València*, na Espanha.

O livro *Marcadas a Ferro* é constituído por 23 palestras realizadas em dezembro de 2004 nas cidades do Recife (PE) e de São Nonato (PI). A presente obra nos mostra as várias faces de um mesmo problema: a violência contra a mulher, a partir de experiências vivenciadas no Brasil, na Espanha e na França.

Nilcéa Freire na apresentação do referido livro, faz menção a um importante aspecto que está intimamente ligado à violência contra a mulher. Trata-se da constituição histórica de um mundo desigual, que coloca a mulher a mercê do poder masculino e vai mais adiante ao conceber este tipo de violência como democrática, uma vez que atinge mulheres de todas as classes sociais, independente das diferenças geracionais e de raça/etnia. Tal idéia é complementada com o discurso das autoras Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin, Ana Paula Portela e Verônica Ferreira ao tratar a violência e suas variações como existindo dentro de cada contexto histórico e sócio-cultural. Devido a isso, não cabe apenas demonstrar estatísticas da violência, é necessário um estudo aprofundado das relações sociais .

Nesta perspectiva, gênero, segundo Maria de Fátima Guimarães, refere-se à organização social da relação dos sexos contra os determinismos que legitimam a subordinação, a desigualdade e a exclusão da mulher. A utilização, pela primeira vez, da palavra gênero com esta conotação se deu em 1970 e se constitui historicamente como sendo fruto do movimento feminista contemporâneo. Entretanto, a idéia de que o gênero é uma construção social, consolidou-se na Ilustração. A partir de então, surgiram as feministas lutando por igualdade política e jurídica para as mulheres. Firmam-se, aqui, as idéias de Polain de la Barre, Condorcet, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft.

As autoras Anne-Marie Pessis e a Gabriela Martin abordaram a questão da origem da desigualdade de gênero. Elas fizeram um resgate das possíveis explicações que justificariam tal fato. As posições giram em torno de duas explicações. A primeira de cunho biológico embasado no dimorfismo sexual e na função reprodutiva da espécie. A outra seria a desigualdade de gênero como um fenômeno cultural.

Tratando-se da violência de gênero, os aspectos ideológicos, culturais e socioeconômicos da mesma perpassam pelo discurso de uma parte significativa de autores, tais como, Ana Aguado, Heleieth Saffioti, Severino Vicenteh, Glauce Gaudêncio, Miguel Sánchez, entre outros. Um desses aspectos é o patriarcado. Tem sua base na nossa herança cultural, legitimando historicamente o poder do homem sobre a mulher. Nesta perspectiva, as relações desiguais de gênero são repassadas pelas gerações.

Outro aspecto que merece ênfase refere-se à nomenclatura de terrorismo empregada por Ana Aguado, quando se refere à violência contra a mulher. Segundo a autora, esta também é uma forma de terrorismo, que produz centenas de assassinatos e agressões físicas, mas é um terrorismo que não se

designa como tal e que não recebe a mesma atenção que o terrorismo político, uma vez que o tema em questão se dá dentro do espaço privado e conseqüentemente, em virtude da cultura que predomina em nossa sociedade, deixa de ser um assunto político. Desta maneira, tira-se a responsabilidade do poder público em relação à referida questão.

Vale ressaltar ainda a perspectiva masculina acerca da violência de gênero, também abordada neste livro. Suely de Oliveira juntamente com Miguel Sánchez deixam claro que para combater a violência contra a mulher não há como numa relação de gênero (relação de dominação do homem sobre a mulher) obter uma reconstrução social se não juntarmos homens e mulheres nesse processo. É citada a participação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que incentivou a criação da Campanha Laço Branco (1989). Esta pretende sensibilizar e envolver os homens na luta em prol da não violência contra a mulher.

Já Miguel Sánchez enfatiza que a consciência é a base para a prevenção. Para tal autor o papel do homem nessa reivindicação deve ser intenso. A luta pela cidadania e liberdade das mulheres está ligada a dos homens.

Segundo Suely de Oliveira, em seu texto “Nem homem gosta de bater, nem mulher de apanhar”, a violência se apresenta de forma diferente para homens e mulheres. A violência contra homens se dá geralmente nas ruas, nos espaços públicos, geralmente praticada por um outro homem. Já a violência contra a mulher acontece no espaço privado, em casa, e seu agressor é quase sempre um homem com quem a vítima teve ou tem algum envolvimento afetivo.

Ainda de acordo com a autora, a violência de gênero é um problema que está intrinsecamente ligada ao poder e apresenta duas faces que se complementam: uma refere-se ao poder masculino, que impera sobre as mulheres; outra, uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. Inclusive, em algumas regiões do nosso país, ditas populares, reforçam esta idéia de poder masculino, a saber: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

Mercia Carréra de Medeiros falará que a violência é um fenômeno biopsicossocial, complexo e dinâmico cujo espaço de surgimento e desenvolvimento é a vida em sociedade. Há também uma preocupação com o silêncio que impera nas mulheres violentadas. O medo e a vergonha as prendem como verdadeiras cadeias psicossociais. Não basta apenas denunciar. É imprescindível a implantação de políticas públicas que prestem assistência a elas e previnam os maus tratos possíveis.

Na maioria dos artigos, há um enfoque primordial para a implantação de políticas públicas que visem ao combate, à assistência e à prevenção da violência contra a mulher. Não adianta oferecer um espaço seguro para a mulher denunciar sem um ataque profundo dentro das classes sociais, dentro dos contextos regionais, saindo da esfera privada para a pública. É urgente um combate que afete as bases da ideologia da superioridade do homem em relação à mulher.

Outro ponto de discussão também de fundamental importância para compreensão da situação da mulher em nossa sociedade, trata-se do trabalho feminino.

Maria de Fátima Guimarães contextualiza a divisão sexual do trabalho como anterior à Revolução industrial, mas foi na sociedade capitalista que a mesma se reorganizou e se intensificou, tendo como fator fundamental o domínio do trabalho-mercadoria, em que aos homens coube o desenvolvimento das tarefas produtivas e remuneradas, a vida política e o mundo da cientificidade e cultura. Às mulheres ficaram destinadas a esfera privada e a doméstica, tidas como secundárias e de pouca relevância. Em contrapartida, no Brasil, é na modernidade que se consolida o processo de organização das mulheres, tendo o feminismo como integrante desta perspectiva de mudança em relação à ordem social vigente. A autora Luz Sanfeliu Gimeno relata que o movimento feminista está sendo capaz de redesenhar novas condutas capazes de assumir valores que começam a reagir na prática contra a violência de gênero e que essa luta está ganhando mais espaço na sociedade.

Glauce Gaudêncio, explica que o desenvolvimento industrial ampliou o mercado de trabalho para a mulher, mas por outro lado, aumentou a exploração das mesmas. Ressalta-se aqui a dupla jornada de trabalho a elas destinadas, trabalho fora e dentro de casa. Todavia, Anne Marie Pessis e Gabriela Martin, expõem que apesar de as mulheres historicamente terem sido excluídas das informações técnicas, será justamente a inovação tecnológica um instrumento de liberação da mulher desse estado de desigualdade. A revolução industrial trouxe em seu bojo o acesso das mulheres às fabricas, aos escritórios e ao serviço público, embora de forma desigual em relação aos homens. Entretanto, o trabalho industrial tornou-se um meio de levar informação, educação e aprendizado técnico às mulheres, ficando como grande dificuldade a ser enfrentada a superação dos estereótipos comportamentais constituídos historicamente e mantidos pela ideologia machista presente em nossa sociedade.

Quanto às formas mantenedoras dos referidos estereótipos comportamentais, encontramos como grandes aliados os livros didáticos, uma vez que segundo Severino Vicente da Silva, é nos documentos escritos que são repassadas,

ensinadas, as maneiras corretas de comportamento social. Ao analisar um livro didático, o autor em questão percebeu através das imagens e na forma pela qual os fatos históricos foram abordados uma idéia que reforça o enquadramento da mulher ao âmbito privado: imagens com mulheres em situação de subordinação, realizando trabalhos domésticos, cuidando de filhos e também em situação de consumo.

Algo que muito nos chamou atenção, em relação a este aspecto, refere-se ao fato de o livro didático em questão ter uma mulher como autora, daí nos vêm a indagação: será que, na maioria das vezes, somos nós mulheres as grandes reprodutoras desta desigualdade, uma vez que ainda somos responsáveis pela educação das crianças, sejam meninos ou meninas e repassamos a eles os papéis comportamentais historicamente constituídos ?

Acreditamos ser impossível uma reeducação e uma nova construção social sem a união das instituições estabelecidas na sociedade (Escolas, Família, Estado, Igreja e Universidades) com as categorias sociais: Homem e Mulher. A discussão de pautas políticas inerentes à situação de violência contra as mulheres enquanto indivíduos participantes da sociedade e a conexão de políticas públicas com os diversos setores sociais são práticas imprescindíveis para a construção de uma nova realidade de gênero.